



O ACESSO À ÁGUA EM PERIFERIAS URBANAS: O DISTRITO DE IMBARIÊ, DUQUE DE CAXIAS / RIO DE JANEIRO

Maria Helena do Carmo Silveira Costa ¹

RESUMO

Ampla literatura revela que nas metrópoles brasileiras não é raro se deparar com sérios problemas de infraestrutura de serviços básicos de cidadania. Muito reveladora, neste sentido, é a questão em torno da água. Entendendo-a como um recurso indispensável ao funcionamento das cidades e à sobrevivência de seus moradores, pode-se afirmar que sua distribuição indica diferenciação espacial e social. Seguindo nessa análise, o trabalho aqui propõe um estudo sobre a temática do abastecimento de água potável numa área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – o município de Duque de Caxias –, destacando a situação de seu Terceiro Distrito (Imbariê). A pesquisa se constitui de levantamentos e análises de dados obtidos em campo – participações em reuniões e eventos promovidos pela associação de moradores local, instituições de ensino, secretarias de governo e trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU/PROURB/UFRJ). Foram ainda realizadas entrevistas com a população local. Dados empíricos foram relacionados à teoria que fundamentou o trabalho, cujo referencial teórico adotado é o da Ecologia Política da água, campo em que se constrói o conceito de ciclo hidrossocial. Os resultados apresentam como se organiza, hoje, o Ciclo Hidrossocial do Distrito de Imbariê; destacando seus elementos e condicionantes. É apresentada ainda uma proposta de Ciclo Hidrossocial ambiental e socialmente mais justo, buscando procedimentos alternativos que possam solucionar os problemas ligados ao abastecimento de água na área objeto deste estudo.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Ciclos Hidrossociais; Periferias urbanas.

RESUMEN

Una amplia literatura revela que no es raro en las metrópolis brasileñas encontrar graves problemas de infraestructura relacionados con los servicios básicos a la ciudadanía. El problema del agua es particularmente revelador en este sentido. Al entenderla como un recurso indispensable para el funcionamiento de las ciudades y la supervivencia de sus habitantes, se puede argumentar que su distribución refleja la diferenciación espacial y social. Continuando con este análisis, este artículo propone un estudio sobre el problema del suministro de agua potable en una zona periférica de la Región Metropolitana de Río de Janeiro – el municipio de Duque de Caxias –, destacando la situación en su Tercer Distrito (Imbariê). La investigación consiste en encuestas y análisis de datos obtenidos en campo: participación en reuniones y eventos promovidos por la asociación de vecinos, instituciones educativas, secretarías gubernamentales y trabajo desarrollado por el grupo de investigación del Laboratorio de Estudios del Agua Urbana (LEAU/PROURB/UFRJ). También se realizaron entrevistas con residentes locales. Los datos empíricos se vincularon con la teoría subyacente del estudio, que adoptó la Ecología Política del agua, campo en el que se construye el concepto de ciclo hidrosocial. Los resultados demuestran la organización actual del Ciclo Hidrosocial del Distrito de Imbariê, destacando sus elementos y determinantes. También se presenta una propuesta para

¹ Professora EBTT – Geografia – Colégio Pedro II, Doutora em Geografia (UFMG) e em Urbanismo (UFRJ) – Rio de Janeiro, maria.costa.14@cp2.edu.br



un Ciclo Hidrosocial más justo desde el punto de vista ambiental y social, buscando alternativas que resuelvan los problemas de abastecimiento de agua en la zona de estudio.

Palabras clave: Abastecimiento de agua; Ciclos hidrosociales; Periferias urbanas.

INTRODUÇÃO

O forte processo de urbanização no mundo contemporâneo (NAÇÕES UNIDAS, 2010) indica a relevância de se considerar a ocupação do espaço urbano, sobretudo aquele ocupado por população em situação de vulnerabilidade.

O Brasil, ao apresentar grande percentual de população urbana – mais de 80% (IBGE, 2022), tem vivenciado grandes transformações nas áreas das cidades. Sendo então importante reconhecer que a melhoria das condições de vida da população brasileira passa, pois, por uma atenção especial à temática urbana. É relevante ainda lembrar que no caso brasileiro, a urbanização é essencialmente desigual e excludente, como afirma Costa (2015). A autora destaca que, o fato de no Brasil a urbanização periférica em termos socioespaciais constituir a norma e não a exceção, requer uma mudança substancial nas formas tradicionais de pensar o processo urbano, a sustentabilidade e o planejamento. Sinaliza, a partir daí, que a interação dialética entre os processos ambientais e urbanos pode contribuir para a ampliar o direito à cidade, aspecto importante em termos de acesso aos recursos socioambientais pela população.

Ampla literatura revela que as metrópoles no Brasil continuam apresentando duas características peculiares – ao mesmo tempo são *loci* de concentração da riqueza e *lôcus* de concentração de pobreza. Nesses espaços não é raro se deparar com sérios problemas de infraestrutura envolvendo os serviços básicos de cidadania. Constituinte-se numa verdadeira negação aos serviços urbanos, que afeta sobretudo os mais pobres.

Entendendo a água como um recurso indispensável ao funcionamento das cidades e à sobrevivência de seus moradores, observa-se através do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (ONU, 2012), que há uma série de pressões sobre os recursos hídricos no planeta, notadamente em razão das demandas urbanas.

Através do exposto, pode-se afirmar que a distribuição da água, assim como a presença e as características das infraestruturas e serviços de saneamento numa determinada área são indicadores de diferenciação espacial e social. Considerando os estudos desenvolvidos por Bourdieu (1997), entende-se que o controle do espaço depende sobremaneira do capital acumulado que cada ator social possui. De acordo com essa abordagem, em determinados



contextos, a água se torna um bem de escassez socialmente construída. Nas áreas urbanas, o fluxo de água muitas vezes indica a existência de relações de poder entre diferentes grupos sociais, refletindo-se na distribuição de recursos financeiros, inclusive em decisões a respeito de investimentos públicos.

A partir do exposto, o estudo propõe uma análise sobre a temática do abastecimento de água potável no município de Duque de Caxias – Região Metropolitana do Rio de Janeiro –, destacando a situação de seu Terceiro Distrito, considerado o mais precário em termos de acesso a esse recurso. Supõe-se que a forma como se estrutura o fluxo de água da área seja marcada por relações de poder, as quais definem a maneira como ela circula por aquele território, carregado de conflitos em torno de seu acesso.

Dados do IBGE (2022) mostram que em Duque de Caxias cerca de 59% dos domicílios é ligada à rede de abastecimento de água, o que representa o pior índice entre os municípios do seu entorno. Vale ressaltar, neste sentido, os estudos desenvolvidos por Britto, Johnsson e Carneiro (2016) em que afirmam que na região, o fato de possuir uma ligação domiciliar não significa necessariamente ser atendido pelo sistema de fornecimento de água. Apontam ainda que existem problemas graves de frequência no abastecimento, com frequência do atendimento se resumindo usualmente de duas a três vezes por semana.

Desse modo, investigou-se de forma aprofundada a problemática, buscando compreender a lógica contraditória de distribuição da água no Terceiro Distrito de Duque de Caxias, destacando como sua dinâmica de abastecimento tem afetado a condição de vida da população local, comprometendo sua qualidade de vida. Importante ainda é expor com clareza e refletir sobre as causas do problema, procurando soluções a partir de sua origem. Interessante, com base nisso, desenvolver propostas alternativas, partindo de perspectivas mais direcionadas ao direito à cidade (LEFÈBVRE, 2001). Conceber a água, então, como direito humano fundamental, que deve ser disponibilizada para todos, sem distinção.

A revisão bibliográfica apresenta os principais conceitos que orientam o trabalho. O referencial teórico adotado para analisar as desigualdades no acesso à água no Terceiro Distrito de Duque de Caxias, assim como a construção social dessa desigualdade através das políticas públicas estaduais e municipais, será o da Ecologia Política da Água (GOMEZ, 2006), campo teórico que deriva da ecologia política urbana, que vem sendo construído por pesquisadores de diferentes formações, mas no qual o pensamento geográfico tem destaque. É nesse campo que se constrói o conceito teórico de Ciclo Hidrossocial (LINTON, 2014; SWYNGEDOUW, 2009). Procura-se revelar como se inserem nesse ciclo os atores envolvidos na gestão das águas, que



está na base da viabilização do acesso a esse recurso na área de estudos – o Terceiro Distrito de Duque de Caxias.

O Percurso Metodológico explicita os procedimentos referentes ao levantamento e à análise dos dados obtidos em campo, sobretudo através de participações em reuniões e eventos promovidos pela Associação de Moradores de Santa Lúcia e Imbariê (AMASLI). Foram consideradas ainda informações obtidas em secretarias do governo local, assim como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no município pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU/PROURB/UFRJ) sobre a questão do abastecimento de água. Dados empíricos foram relacionados à teoria que fundamentou o trabalho.

Nas discussões e resultados, é traçado como se organiza o Ciclo Hidrossocial do Distrito de Imbariê; destacando seus elementos e condicionantes. É também apresentada uma proposta de Ciclo Hidrossocial ambiental e socialmente justo, buscando procedimentos alternativos que possam solucionar os problemas ligados ao abastecimento de água na área objeto de estudo. Para tanto, buscou-se utilizar exemplos de formas alternativas de acesso à água que já ocorrem em diferentes lugares, inclusive dentro do próprio município, como poços, aproveitamento da água da chuva e minas d'água. Trata-se mesmo de um repensar uma nova política da água, que, além de garantir o acesso mais justo desse recurso, liberte as pessoas da dependência monetária, de impostos, inadimplências.

METODOLOGIA

A pesquisa se constituiu de levantamentos e análises de dados obtidos em campo, sobretudo através de participações em reuniões e eventos promovidos pela Associação de Moradores de Santa Lúcia e Imbariê (AMASLI), instituições de ensino locais, secretarias do governo local e trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU/PROURB/UFRJ) sobre a questão do abastecimento de água no município de Duque de Caxias. Foram ainda realizadas entrevistas com a população local, usuária de fontes de abastecimento já consideradas alternativas, como os poços e as minas ou nascentes d'água.

Foram, dessa maneira, viabilizados encontros com verdadeiros “especialistas” locais. Considerando aqui o que Brandão (1986) denominou como especialistas – verdadeiras enciclopédias do conhecimento sobre dada comunidade. Método que o autor observou em estudos de comunidades rurais, mas que foi aplicado, com as adaptações que se fizeram necessárias, nesta área urbana. Trata-se, então, de ouvir aquelas pessoas que moram ou



trabalham na localidade e que se interessam por conhecer com certa profundidade suas questões, apontando com propriedade os problemas e as potencialidades locais.

Os materiais empírico e documental foram tratados e analisados com vistas a compreender o que ocorre na área no que diz respeito à dinâmica de abastecimento de água. Neste estágio, tratou-se de valorizar, compreender e interpretar os dados empíricos, articulando-os com a teoria que fundamentou o trabalho e/ou com outras leituras teóricas e interpretativas mais relacionadas aos trabalhos de campo.

Inúmeras análises enriqueceram a parte conceitual do trabalho, sendo empregadas diferentes fontes de informações para embasamento científico – trabalhos acadêmicos, obras literárias, reportagens, leis, programas e projetos multidisciplinares, relatórios de avaliação, atas de reuniões da AMASLI e de órgãos governamentais, dentre outros.

Acredita-se que dessa forma foi possível a realização de uma pesquisa completa, capaz de examinar a temática em diferentes escalas e perspectivas, condizente com a complexidade do tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da possibilidade de múltiplas abordagens envolvendo campos de conhecimento bastante diferenciados, tratar da temática da água não é tarefa fácil sob qualquer circunstância. Além disso, a análise do tema está longe de se esgotar, pois, apesar de ser considerada um direito humano fundamental, a água ainda se constitui num bem de difícil acesso; sobretudo pelas populações que ocupam as periferias urbanas (COSTA, 2018). Dentre as possíveis abordagens teóricas para tratar o tema optou-se, a priori, pelo campo da Ecologia Política, que trata dos usos urbanos da água a partir do conceito de ciclo hidrossocial.

O conceito de Ciclo Hidrossocial, inerente aos estudos de Ecologia Política, tem importante significado em qualquer análise sobre acesso à água na área selecionada para esta pesquisa. Certamente, ajudando de forma significativa na compreensão da complexa distribuição da água naquele território. Tal conceito concebe a circulação da água como uma combinação de processos físico e social, como um fluxo híbrido que combina a natureza e a sociedade de maneira inseparável. Nessa lógica, a água concebida como H₂O circula através do ciclo hidrológico – processos de precipitação, evaporação, escoamento –; e como um recurso circula através do ciclo hidrossocial – uma rede complexa de tubos, legislação, medidores, padrões de qualidade, consumidores, torneiras com vazamento, dentre outros.



Muitos são os pontos que podem ser discutidos levando em conta a noção de Ciclo Hidrossocial. Dentre os mais relevantes para este trabalho, destaca-se, por exemplo, a caracterização do próprio sistema de abastecimento com todos os seus elementos e funções. Muito interessante também a identificação dos atores que controlam esses elementos e/ou exercem poder sobre eles. Neste contexto, a gestão da água (elemento natural) surge como campo social de análise, inclusive com possibilidades de se mapear conflitos diversos que se estabelecem em seu entorno.

Swyngedouw, Kaika e Castro (2002) sinalizam que o processo de urbanização e a transformação socioambiental ocorrem de forma paralela e imbricada. No que diz respeito à circulação da água no meio urbano, esta vem sendo afetada significativamente pelo avanço da urbanização. Percebe-se que a sustentabilidade do processo de urbanização se associa à dinâmica do ciclo hidrológico urbano, estabelecendo, de certo modo, uma relação de interdependência.

Ainda com base nas ideias dos autores, reconhece-se que pensar no ciclo hidrológico urbano requer considerar os debates em torno do nexo público/privado. Swyngedouw, Kaika e Castro (2002) acrescentam ainda que o processo de globalização e suas peculiaridades contribuíram para acelerar ainda mais a mudança da fronteira entre esses setores no tocante a esse bem público, com o favorecimento do setor privatista.

O debate em torno da privatização se faz deveras necessário principalmente após a aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico do Brasil (Lei 14.026/2020 (BRASIL, 2020)). A questão passa pelo fato de a nova legislação facilitar as privatizações no setor. A estatal Companhia Estadual de água e esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE), por exemplo, não resistiu à privatização, provocando significativas mudanças na dinâmica organizacional do ciclo de água urbano local. O arranjo do Ciclo Hidrossocial da área, que já era favorável à distribuição desigual da água, tem assistido ao seu cenário se agravar a partir da privatização.

Fundamental ainda compreender que os atores sociais presentes no Ciclo Hidrossocial precisam ser muito bem definidos, assim como os papéis que desempenham. Na prática, percebe-se que determinados grupos estão mais bem representados e possuem forte poder de decisão e barganha. Este grupo é formado sobretudo pelos setores de elite e de empresas. Em contrapartida, outros grupos permanecem ausentes, caracterizando uma condição excludente. Trata-se de uma população de baixa renda, que ocupa áreas mais vulneráveis. Eliminar ou pelo menos diminuir esse vácuo constitui tarefa urgente para dar fim ao quadro de desigualdade de acesso à água.



Linton e Budds (2014), com base em conhecimentos de geografia crítica, Ecologia Política e campos cognatos também avançaram no conceito de Ciclo Hidrossocial. Destacam que a conceituação desse ciclo é radicalmente diferente do conceito de Ciclo Hidrológico. O que se busca através do Ciclo Hidrossocial, é, de certa forma, ultrapassar a concepção dualista de água e sociedade, empregando uma abordagem denominada pelos autores de relacional-dialética. Desse modo, é possível demonstrar como a água se produz e se reproduz, reconfigurando as relações sociais.

Para compreender a formação do Ciclo Hidrossocial, Linton e Budds (2014) partem do conceito de Ciclo Hidrológico. Reconhecem, desde o princípio, que não se trata meramente de conceber tal conceito científico como algo neutro, mas sim que pode ser considerado como uma construção social. Acredita-se que as formas pelas quais a água flui sobre o espaço e o tempo, além de natural, também são moldadas por instituições, práticas e discursos humanos que determinam modos de controle, gerenciamento e tomada de decisão (LINTON e BUDDS, 2014).

A partir do exposto, entende-se, sinteticamente, que a definição de Ciclo Hidrossocial condiz com um processo socionatural no qual a água e a sociedade fazem e se refazem ao longo do espaço e do tempo. Importa ainda sinalizar que o Ciclo Hidrossocial relaciona uma variedade de entidades heterogêneas, incluindo o poder social e as estruturas de governança, tecnologias, infraestrutura, políticas públicas, além da própria água. Os processos hidrológicos encontram assim seu lugar dentro do Ciclo Hidrossocial não meramente como fluxos materiais de água, mas como agentes de mudança e organização social. Neste sentido, a água que circula no território de Duque de Caxias e, por conseguinte, na área ocupada por seu Terceiro Distrito, não é apenas o H₂O líquido. Essa água é além de natureza. É carregada de elementos socioambientais que fazem do seu Ciclo Hidrossocial um processo histórico e geográfico dinâmico. Através dele, a água pode ser encarada como um meio de investigar e analisar as práticas e relações sociais típicas daquela realidade socioambiental.

Partindo do quadro do ciclo hídrico urbano local, é possível identificar atores e interesses diversificados que configuram o acesso à água naquele território. O fluxo de água na área na perspectiva deste conceito expõe uma circulação hídrica heterogênea, em que a água percorre um caminho complexo, associado à existência de espaços desiguais de acesso a ela. Neste sentido, torna-se relevante pensar em cenários alternativos que sugiram realidades mais justas em termos de distribuição desse bem público naquela área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Duque de Caxias é um município localizado na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Possui 467,619 Km² e população absoluta atual de 808.161 habitantes (IBGE, 2022). Sua formação compreende quatro distritos, sendo Duque de Caxias a sede do Primeiro Distrito ou Distrito Sede; Campos Elíseos a sede do Segundo Distrito; Imbariê a sede do Terceiro Distrito; e Xerém a sede do Quarto Distrito. (Figura 1).

Figura 1. Município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense / Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



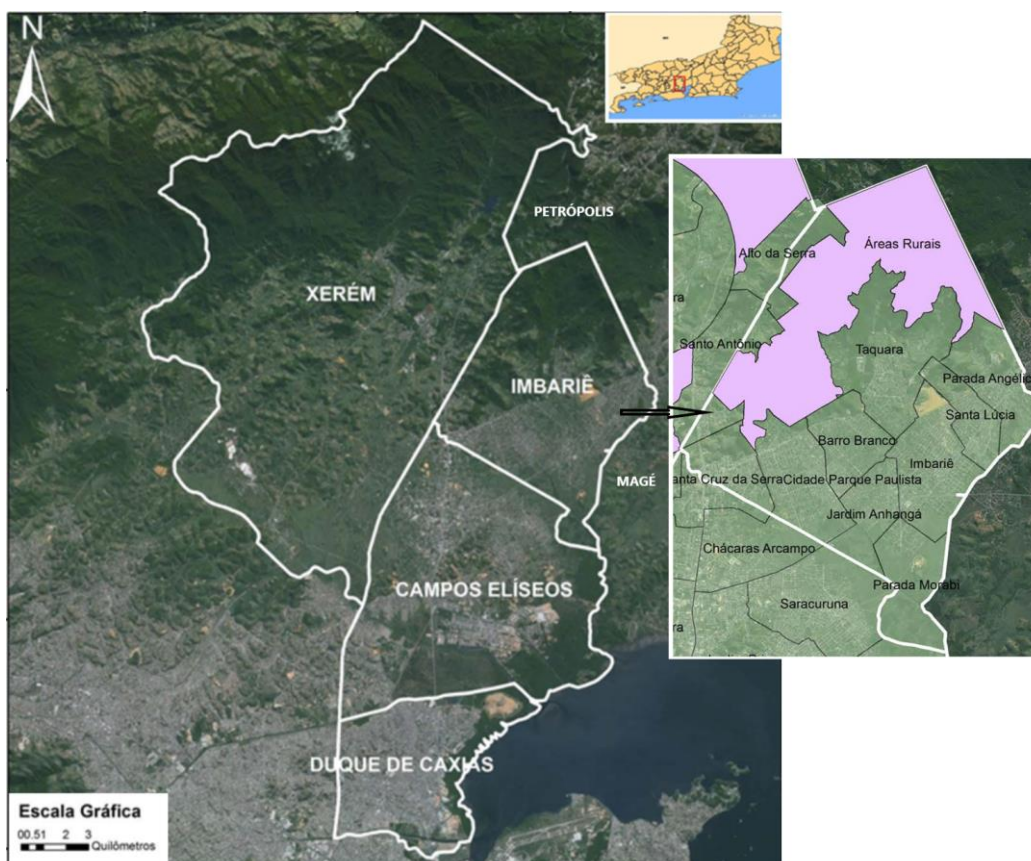


O município possui o 4º maior PIB do Rio de Janeiro e o 22º do Brasil. Porém, seu expressivo crescimento econômico não condiz com a situação social de sua população, que convive com sérios problemas de infraestrutura urbana; dentre os quais, destaca-se o abastecimento de água.

No caso específico de Duque de Caxias, há três sistemas principais responsáveis pelo abastecimento de seu território: Guandu, Acari e Taquara. Apesar de ser contemplado com mais de um sistema, o município apresenta problemas graves de frequência no abastecimento. Nas áreas mais críticas, onde a rede não chega ou os períodos sem água se estendem por mais tempo, é comum os moradores buscarem outras formas de acesso à água, havendo grande número de poços e de ligações clandestinas nas adutoras (QUINTSRL, 2018).

O presente trabalho destaca a situação do Terceiro Distrito de Duque de Caxias, reconhecido como o mais crítico em termos de acesso à água. Ocupando uma área de 64 km² na região nordeste do município, além de Imbariê (bairro-sede), é formado também pelos bairros Jardim Anhangá, Parada Angélica, Parada Morabi, Barro Branco, Parque Paulista, Taquara, Santa Lúcia e partes dos bairros Santa Cruz da Serra, Alto da Serra e Santo Antônio (Figura 2).

Figura 2. Localização do Terceiro Distrito de Duque de Caxias.



Fonte: Elaboração própria sobre base do PMSB/DC, 2017.

O fluxo de água do Terceiro Distrito de Duque de Caxias está associado a diferentes fontes de provimento, denunciando que a rede geral de abastecimento não é suficiente para abastecer a região. A população local, pois, necessita recorrer a outras fontes (Figura 3) para ter acesso à água potável

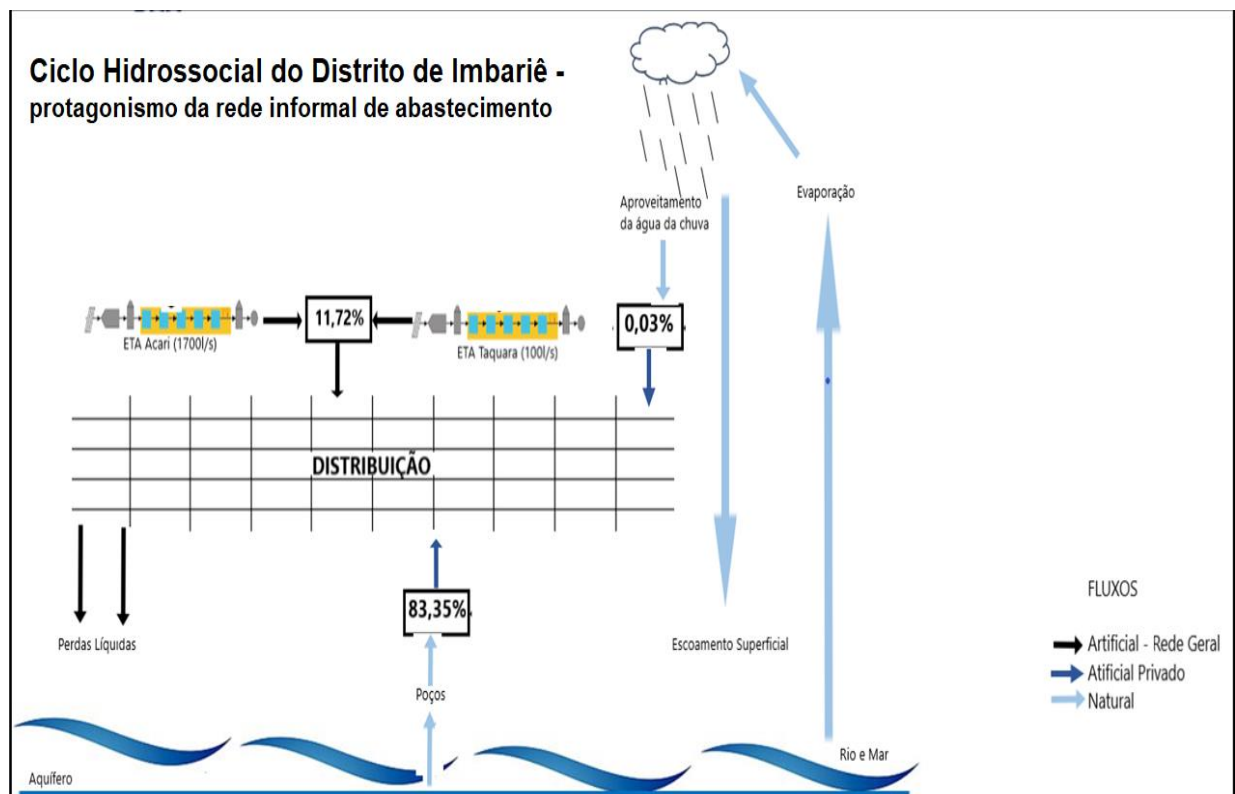
Figura 3. Fontes Alternativas utilizadas pela população do Terceiro Distrito de Duque de Caxias, RMRJ.



Fonte: Elaboração própria, 2025

Intenta-se aqui, a partir do exposto, construir o Ciclo Hidrossocial do Distrito de Imbariê, como demonstrado na Figura 4. (COSTA, 2018).

Figura 4. Ciclo Hidrossocial – fluxo de água do Distrito de Imbariê.



Fonte: Elaboração própria, 2022.



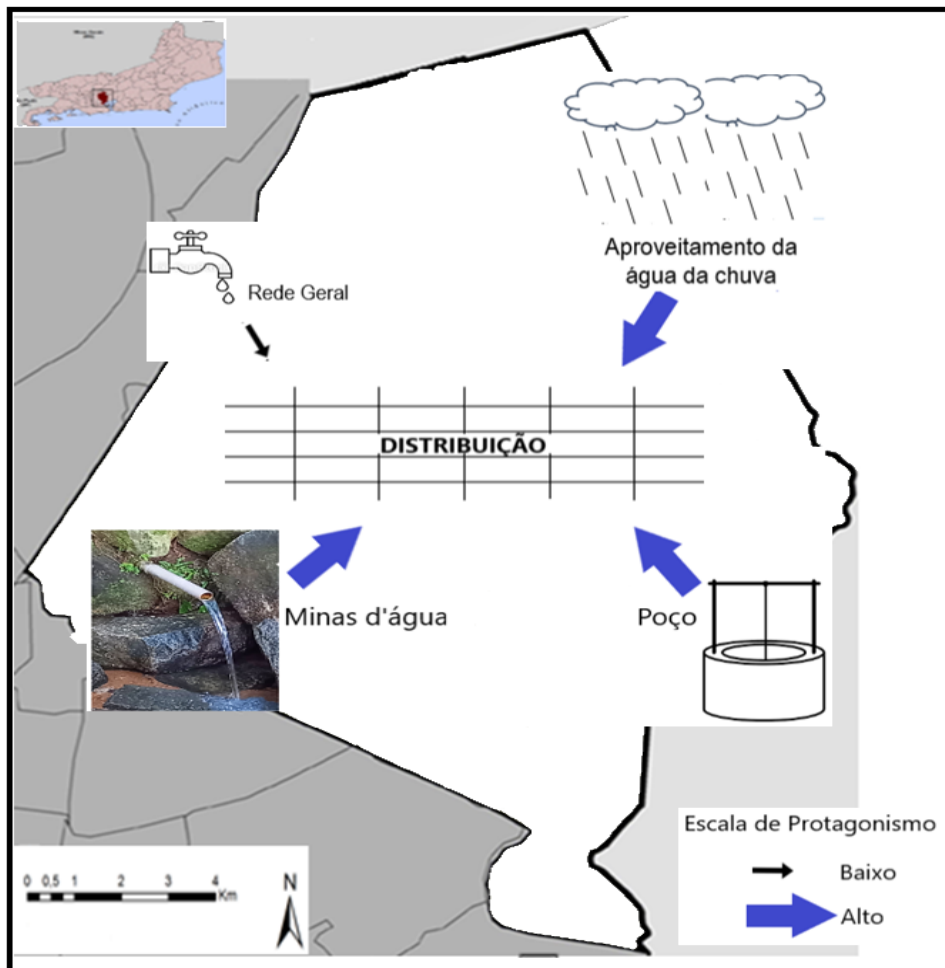
No ciclo hidrossocial dessa porção do território duquecaxiense, reconhece-se que há mais de um modelo de provisão de água (IBGE, 2002) – Empresa Águas do Rio (sistema formal); poços, aproveitamento da água da chuva, minas d'água (sistemas informais). Ao se utilizar de serviços formais e informais, a população do Terceiro Distrito do município de Duque de Caxias se vê refém de um sistema híbrido de provisão de água. É bem verdade que através dessas fontes alternativas que complementam o serviço oficial, consegue-se ampliar o acesso ao serviço de abastecimento (MAIELLO; BRITTO; QUINTSLR, 2021). Por outro lado, não se pode perder de vista que tal situação, ao representar a precariedade da prestação formal, expõe uma vulnerabilidade da população frente ao acesso à água na localidade. De toda forma, no contexto analisado, todos os modelos de provisão de água passam a ser, de maneira conjunta, alternativas para o abastecimento. Tem-se, pode-se assim dizer, um sistema hibridizado, onde o formal e o informal coexistem. Um formal (precariamente) assegurado pela empresa de prestação de serviço oficial e um informal realizado, de certa forma, pela autogestão de uma parcela populacional (bastante considerável) não atendida satisfatoriamente pelo setor formal.

É possível afirmar que, na área de estudo, sem os hibridismos que ocorrem em relação ao abastecimento de água, a condição de vulnerabilidade seria ainda mais acentuada. De modo que uma proposta alternativa de acesso à água no Distrito de Imbariê deve incluir outras iniciativas em função de responsabilidades do setor formal que não são cumpridas.

Ao reconhecer a importância dessas fontes alternativas na localidade, o estudo aqui propõe um Ciclo Hidrossocial Alternativo para a área que inclua essas fontes – poços, minas d'água e aproveitamento da água da chuva. O ciclo hidrossocial representado pela figura 5 apresenta as diferentes fontes de provisão de água integradas, porém destacando os papéis das fontes alternativas. A rede geral não foi descartada, mas não mais aparece em destaque, como de costume. O fluxo hídrico alternativo propõe uma circulação da água mais descentralizada. Com efeito, o esquema propõe o protagonismo das formas alternativas de abastecimento. A rede geral não desaparece, mas passa a ter papel secundário, já que a maioria da população local não pode contar com esse tipo de fonte. Outrossim, a partir da nova proposta, a população teria outras possibilidades de acesso à água. Sendo todas elas, a partir de agora, de maneira formal.

Priorizou-se, para isso, as próprias potencialidades da localidade: o bom índice pluviométrico anual, as minas d'água já existentes e utilizadas há décadas, além do costume de utilizar poços que a população desenvolveu em função da histórica precariedade do acesso à água na região.

Figura 5. Representação do protagonismo das formas alternativas de abastecimento para o Distrito de Imbariê.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Trata-se de reconhecer, por assim dizer, a informalidade que ali se observa como regra; buscando soluções a partir daquela e para aquela realidade. No entanto, ressalta-se a necessidade urgente de uma articulação fortemente organizada entre essas diferentes formas de abastecimento. Entende-se que o poder público, neste caso, ainda é peça fundamental. Mas não só ele basta. A proposta inclui a participação da base comunitária, onde os espaços de reuniões do coletivo necessitam de doses de reforço. O Estado deve receber, neste sentido, a substancial contribuição da comunidade, da população local. É a base e a periferia encarada como centralidade intervindo na produção daquele espaço. Buscando, dessa maneira, alcançar um ambiente mais justo em termos de distribuição de serviços básicos de cidadania; sendo neste caso específico, os serviços relacionados ao abastecimento de água.

O fluxo hídrico alternativo, com efeito, propõe o protagonismo das formas alternativas de abastecimento. Outrossim, a partir da nova proposta, a população teria outras possibilidades de acesso à água.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do Distrito de Imbariê se justifica por ser aquele cujos problemas se apresentaram de forma mais severa, se comparado aos outros três distritos que formam o município de Duque de Caxias. Considerou-se, então, compreender, de maneira mais aprofundada, a lógica de distribuição desse recurso naquela área, buscando soluções a partir de propostas alternativas de provisão de água. Propostas alternativas, haja vista que a formalidade em relação ao abastecimento é praticamente inexistente. Uma maioria não pode contar com a água provinda da rede geral de abastecimento. O alternativo surge de forma imprescindível. Um alternativo que considera a água como direito humano fundamental, devendo alcançar a universalização do abastecimento; numa perspectiva mais direcionada ao direito à cidade.

Reafirma-se que o conceito de Ciclo Hidrossocial assume, neste sentido, uma importância ímpar. É a base para a análise da dinâmica de abastecimento naquela porção do território duquecaxiense. A partir desse conceito, inclusive, construíram-se propostas alternativas, que buscam ampliar o acesso à água na localidade.

Pode-se dizer, que se busca mesmo uma nova política da água, considerando a realidade de Imbariê, Terceiro Distrito de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nova política que, além de tirar a população da condição de precariedade em relação ao acesso à água, a liberta de uma dependência monetária, de situações constrangedoras de inadimplência. É preciso reconhecer, para tanto, a importância de um ciclo alternativo, onde prevaleça um tipo de pensamento e, por conseguinte, de planejamento mais democrático e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: Catani, A. & Nogueira, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. R. O ardil da ordem. Campinas, Papirus, 1986.
- BRASIL. Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. D.O.U, Brasília, DF, 2020.
- BRITTO, A. L. N. P.; JOHNSON, R. M. F.; CARNEIRO, P. R. F. Abastecimento Público e Escassez Hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. Ambiente e Sociedade. São Paulo v. 19, nº 1, pp. 185-208, 2016.
- BRITTO, A. L. N. P., MAIELLO, A., & QUINTSLR, S. Evaluation of Appropriate Technologies for Access to Water in Vulnerable Communities in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. In. UK - New Castle University of New Castle, 2015.



COSTA, H. S. M. Natureza e cidade na periferia: ampliando o direito à cidade. In: Costa, G. M.; Costa, H. S. M.; Monte-Mór, R. (orgs). Teorias e práticas urbanas. Condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 103 - 128.

COSTA, M. H. C. S. Políticas Públicas de Abastecimento de Água em Interface com a Educação: acesso à água na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias – Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2018, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, 2018.

GOMEZ, E. D. La ecología política urbana: una disciplina emergente para el análisis del cambio socioambiental en entornos ciudadanos. Documents d'Anàlisi Geogràfica, 48. pp. 167-178, 2006. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/record/19330>> Acesso em: 13 de agosto de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Brasil). PESQUISA nacional de saneamento básico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em: agosto de 2022.

LEFÈBVRE, H. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LINTON, J.; BUDDS, J. The hydrosocial cycle: Defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. Geoforum, v. 57, nº 1. pp. 170-180. Nov, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. HABITAT. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 4. O manejo dos recursos hídricos em condições de incerteza e risco. 2012. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215492_por. Acesso em 10 de agosto de 2022.

NAÇÕES UNIDAS. HABITAT. Programa de Água e Saneamento. O gênero no programa de água e saneamento. 2010. <http://www.wsp.org/wsp/sites/wsp.org/files/publications/WSP-gender-water> Acesso em 20 de março de 2020.

QUINTSLR, S. (Re)Produção da desigualdade ambiental na metrópole: conflito pela água, 'crise hídrica' e macrossistema de abastecimento no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2018.

SWYNGEDOUW, E.; KAIKA, M.; CASTRO, José Esteban. Urban Water: A Political-Ecology Perspective. Built Environment, v. 28, Special Issue on Water Management in Urban Areas, pp. 124-137, 2002.